



PESSOAS
2030

PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

Ata da 3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

Porto, 8 de novembro 2023
Fundação Eng.º António de Almeida

No dia 08 de novembro de 2023, pelas 09h30m, realizou-se a 3ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do Programa PESSOAS 2030, na Fundação Engenheiro António de Almeida, no Porto, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista de Presenças).

A reunião foi presidida por Ana Coelho, presidente da Comissão Diretiva (CD) do PESSOAS 2030 (Programa Demografia, Qualificações e Inclusão), e coadjuvada pelos Vogais Executivos da Comissão Diretiva, Sandra Tavares e Joaquim Bernardo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do CA, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Ponto de Situação do PT2020
 - 1.1 Ponto de Situação do PO CH
 - 1.2 Ponto de Situação do PO ISE
2. Ponto de Situação do PESSOAS 2030
 - Avisos de Apresentação de Candidaturas
 - Sistema de Gestão e Controlo
 - Capacitação dos Atores Relevantes
 - Condições Habilitadoras
3. Plano de Avaliação do PESSOAS 2030
4. Plano Estratégico de Comunicação do PESSOAS 2030
5. Outros assuntos

A sessão iniciou com a apresentação de vários testemunhos e histórias de sucesso de pessoas e organizações que beneficiaram dos apoios concedidos no âmbito do PT2020, mais concretamente, ao abrigo do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) e do Programa Operacional Capital Humano (PO CH).

De seguida, **Ana Coelho**, na qualidade de presidente do CA do PESSOAS 2030, procedeu à abertura formal da sessão, dando as boas-vindas a todas as pessoas presentes, incluindo as que acompanhavam a sessão à distância.

Informou que a ata da última reunião de acompanhamento, realizada em junho de 2023, foi aprovada por unanimidade, encontrando-se disponível no site do PESSOAS 2030.

Depois colocou à consideração do Comité a proposta de ordem de trabalhos e, na ausência de qualquer anotação por parte dos presentes, a mesma foi aprovada.

Por obrigação decorrente do Regime Geral de Proteção de Dados, a presidente do Comité questionou ainda se todos estavam de acordo com a publicação, no site do PESSOAS 2030, da lista nominativa dos representantes do CA, não tendo existido qualquer observação em contrário.

Antes de passar à ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao representante da Comissão Europeia (COM), **Eleutério Rodriguez**, que aproveitou para agradecer a organização do

evento de lançamento do PESSOAS 2030 – “Trajetórias Passadas, Rumos Futuros” – ocorrido no dia anterior, considerando-o um grande evento e motivo de orgulho.

Ana Coelho agradeceu e passou para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, em concreto para os pontos de situação do PO CH e do PO ISE, os dois programas do PT2020 que estão sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.

1. Ponto de Situação do PT2020

1.1 Ponto de Situação do PO CH

O Ponto de Situação do PO CH foi apresentado por **Joaquim Bernardo**, que começou por agradecer a presença de todos os membros, presencialmente e à distância, esclarecendo que a opção de realizar a reunião no Porto ficou a dever-se, por um lado, ao evento de lançamento do PESSOAS 2030 que tinha decorrido no dia anterior e, por outro, ao facto de esta ser uma das principais regiões abrangidas, quer pelos programas do PT2020, quer pelo PESSOAS2030.

Acrescentou que iria fazer uma breve apresentação do ponto de situação do PO CH, com reporte a 30 de setembro de 2023, recordando os membros do Comité que continuará a ser produzido e disponibilizado, até ao final do ano 2023, um boletim sobre a execução do PO CH, com informação mais pormenorizada, disponível no site deste Programa.

Deu, assim, início à sua exposição, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (*slides 4 a 15*).

Finda a apresentação do ponto de situação do PO CH, Joaquim Bernardo colocou à consideração dos membros do Comité eventuais comentários à mesma.

Eleutério Rodriguez, representante da COM, pediu a palavra, solicitando mais informação sobre a tipologia do instrumento financeiro de apoio aos estudantes, relativa aos empréstimos.

O representante da Associação Nacional das Escolas Profissionais (ANESPO), **Luís Presa** pediu para intervir e fez uma reflexão sobre o período de programação.

No que respeita ao ensino, em particular, ao ensino profissional, destacou a crise pandémica provocada pela COVID-19, que fez com que as escolas tivessem de se reinventar e de desenvolver estratégias para conseguirem obter o máximo de resultados no que se refere à preparação dos jovens, quer para a entrada na vida ativa, quer para o prosseguimento de estudos, bem como a questão do financiamento e das condições que foram proporcionadas às escolas profissionais para desenvolverem as suas ações.

Acrescentou que foi um período algo conturbado, que implicou reprogramações e alguns atrasos significativos nos fluxos de financiamento. Como reflexo da última crise financeira, ocorreu também o corte dos 5% no custo unitário por turma e ano letivo em que se tem baseado o financiamento das escolas profissionais representadas pela ANESPO, que só

agora será corrigido, ao qual nestes fóruns se tem referido abundantemente e, ainda, a questão das penalizações pela perda de alunos. Nunca tinham existido penalizações pela perda de alunos e as escolas profissionais funcionaram durante mais de 15 anos sem esse cutelo em cima dos gestores financeiros, sendo praticamente o único subsistema em que isso acontece.

Mencionou que esta situação foi sinalizada e considerada injusta várias vezes pela ANESPO, uma vez que as escolas profissionais tudo fazem para manter os alunos. O que é facto é que há legislação que regula o ensino secundário em Portugal, que tanto pode terminar com o fim do 12.º ano num período normal de estudos, como pode ser interrompido porque os alunos atingem os 18 anos e, ao atingirem os 18 anos, muitos deles seguem outras opções de vida e as escolas não os podem obrigar a continuar, apesar de tudo fazerem para que prossigam os seus estudos. Reforçou que não foi a ANESPO, mas a legislação, que determinou que os alunos não têm a obrigação de continuar na escola ao atingir os 18 anos, pelo que as escolas não deveriam ser penalizadas por esse facto. Esta situação ocorre essencialmente no ensino profissional porque uma percentagem muito grande dos alunos deste tipo de ensino, quando chega às escolas já vem com uma ou duas repetências, ou seja, ao invés de chegarem à escola com 15 anos, já têm 16, 17 e, alguns, já estão quase a concluir os 18 anos e, a partir daí, podem abandonar o sistema.

Luís Presa entende que não são os Programas Operacionais que definem as políticas, mas importaria que os governos, em particular, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, que intervêm nestas áreas, não penalizassem mais as escolas. Já basta as tabelas terem sido aprovadas há mais de 12 anos e não terem sido corrigidas em função da inflação, bem como o corte que foi infligido nas tabelas de custos unitários por turma e ano letivo já referido, que fez com que as escolas com pouco dinheiro fizessem muito. Reforçou que não existe qualquer dúvida a este respeito e que não há paralelo com mais nenhum subsistema de ensino a nível nacional, porque se trata do ensino que é promovido por entidades essencialmente públicas, grande número de privados, cooperativos, fundações e associações, a maior parte sem fins lucrativos, e que têm de fazer uma gestão, complicada e difícil, para que a qualidade da formação se mantenha, estando os resultados à vista de todos.

Face ao contexto em que as escolas profissionais estão a trabalhar, congratulou-se pelos indicadores que foram apresentados ao CA, congratulou todos pelos resultados alcançados e reforçou a importância de se ter em conta as lições da experiência no novo período de programação.

Afirmou que o balanço é positivo, do lado do trabalho desenvolvido pelas escolas profissionais e na sua ligação com as entidades que financiaram o sistema, realçando que existiu um relacionamento e uma colaboração excelentes e esperando que assim continue no futuro.

Não existindo mais questões, **Joaquim Bernardo** apresentou a sua resposta às duas intervenções anteriores.

Relativamente à intervenção do Luís Presa, da ANESPO, referiu não ter muito a acrescentar pois as regras não são definidas pela Autoridade de Gestão (AG) e não teve intervenção na proposição das mesmas junto das tutelas. Entende que o legislador pretendeu, no fundo, estimular as escolas a, independentemente de os alunos só estarem obrigados a

frequentar o ensino até aos 18 anos, fazerem todos os esforços para os manter, assegurando assim a conclusão de, pelo menos, o ensino secundário. Acrescentou que existem determinadas condições em que esses cortes não se traduzem em redução do financiamento, a qual se verifica apenas a partir de determinados limiares de redução de alunos por turma. Acrescenta que o abandono dos alunos não significa o abandono do sistema, pois podem ter mudado para outra oferta ou outro curso. Considera que, desse ponto de vista, ainda existe uma margem de progresso, porque, apesar de tudo, cerca de 30% dos alunos do PO CH que iniciaram esses cursos e, por qualquer razão, não chegaram ao seu final, não foram certificados no final dos 3 anos dessa oferta.

Relativamente ao pedido do Eleutério Rodriguez sobre o ponto de situação do instrumento financeiro, Joaquim Bernardo pediu apoio do Secretário Técnico da Unidade de Assessoria Jurídica, Controlo e Contencioso, Nuno Proença, que tem acompanhado este instrumento no âmbito do PO CH, referindo que foi a única tipologia de operação que desde 2018 ficaram a financiar no contexto do eixo prioritário 2 do Programa, em complemento do apoio ao financiamento das Bolsas para estudantes do ensino superior carenciados, que entretanto passaram a ser financiadas pelo POISE. Referiu que os dados que existem e que, aliás, se encontram a ser fechados, com uma reprogramação da operação em baixa dos valores e metas inicialmente estabelecidas, uma vez que foram inicialmente alocados 10 milhões a este instrumento, mas o nível de absorção ficou claramente abaixo desse valor, por diversas razões que já foram sendo apresentadas e discutidas no Comité do POCH, através inclusive da apresentação de uma nota específica que foi partilhada sobre o balanço específico deste instrumento financeiro. De facto, por um lado, este instrumento apenas abrangia as regiões elegíveis do Programa, o que é, desde logo, uma grande limitação atenta a grande concentração de alunos do ensino superior na região de Lisboa. Por outro lado, foi muito afetado pelo COVID.

Nuno Proença complementou a informação sobre o ponto de situação deste instrumento financeiro, referindo a aprovação do pedido de alteração que originou o ajustamento das metas físicas e financeiras. Inicialmente, tinham sido aprovados 10 milhões + Contribuição Pública Nacional (CPN), tendo sido reduzidos para sensivelmente 5 milhões e 700 mil euros e os 7.500 estudantes que se previa serem apoiados por este instrumento foram reduzidos para 2.400. Concluiu que, nesta fase do instrumento financeiro, só falta fechar o pedido de saldo final.

Não havendo mais questões sobre o ponto de situação do PO CH, a ordem de trabalhos prosseguiu com o ponto de situação do PO ISE.

1.2 Ponto de Situação do PO ISE

O Ponto de Situação do PO ISE foi apresentado por **Sandra Tavares**, que saudou todos os presentes e efetuou a sua apresentação seguindo o mesmo alinhamento da apresentação realizada para o PO CH, uma vez que os slides do PowerPoint detêm o mesmo tipo de estrutura e de informação.

Deu, assim, início à sua exposição, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 16 a 27).

Terminada a exposição, Sandra Tavares disponibilizou-se para efetuar as clarificações que fossem necessárias.

A presidente Ana Coelho deu a palavra ao representante da COM, tendo **Eleutério Rodriguez** expressado que a exposição tinha sido muito clara, informando que a reprogramação do PO ISE no âmbito do Eixo 2 – IEJ seria aprovada pela COM nos próximos dias, no máximo, semanas.

Ana Coelho agradeceu a intervenção e questionou os membros do CA sobre a eventual existência de dúvidas, comentários, sugestões ou contributos sobre a apresentação.

Tomou a palavra **Florbela Leopoldo**, representante da Comissão Permanente de Concertação Social por parte das Confederações Patronais com assento nesse órgão, enquanto membro da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), aproveitando para felicitar a execução, quer do PO ISE, quer do PO CH. Realçou que, tendo em conta o contexto pandémico, o PO ISE e todos os beneficiários estão de parabéns pelos resultados alcançados. O trabalho efetuado, quer pela equipa de técnicos e de direção destes PO, quer pelas estruturas no terreno, técnicos e formandos, superaram em muito, de uma forma global, os objetivos deste Programa. Terminou, dizendo, que aguardam os novos desafios que o PESSOAS 2030 trará.

Ana Coelho agradeceu, referindo que é sempre muito bom ouvir de viva-voz esse elogio e também o pronome pessoal que utilizou, o “estamos” de parabéns, porque, sem desconsiderar os colegas e as equipas que faziam parte do PO CH e do PO ISE, os programas não fazem nada sozinhos e as entidades parceiras e beneficiárias também têm de corresponder. É um trabalho e um ganho que é de todos e não apenas das AG. Acrescentou que este entendimento é partilhado pela AG do PESSOAS 2030, que agora fica com a responsabilidade de gestão e de encerramento daqueles dois programas.

Não havendo mais questões sobre o Ponto de Situação do PT2020, a presidente avançou para o ponto seguinte da agenda.

2. Ponto de Situação do PESSOAS 2030

Antes de iniciar a apresentação deste ponto, **Ana Coelho** começou por referir que o PESSOAS 2030, no fundo, é o somatório do POCH, do PO ISE, do PO APMC e de algo mais, porque tem mais diversidade e mais dotação financeira. Em termos globais, o PO CH e o PO ISE geriram mais de 5.4 mil milhões de euros, 223 Avisos, foram apresentadas perto de 22 mil candidaturas, aprovadas 13 mil candidaturas com um compromisso de 6.6 mil milhões de euros e uma execução de 5.7 mil milhões de euros. Anotou que estes dados incluem os Avisos lançados ao abrigo do Mecanismo Extraordinário de Antecipação (MEA), uma vez que, embora possam ser reenquadrados no PT2020 ou no PT2030, eles constituem, neste momento, esforço da AG do PESSOAS 2030.

Referiu que o Programa foi pensado e programado num contexto, já não de COVID ou de pós troika, mas de pós-COVID e num cenário geopolítico internacional que causa enorme incerteza, pelo que não se pode antecipar outra coisa que não seja a sua execução em contexto de incerteza.

Salientou que serão empenhados todos os esforços para gerir os 4 programas até à entrega da declaração de encerramento dos programas do PT 2020, que será em fevereiro ou março de 2025, e aquilo que poderão contar do PESSOAS 2030, um pouco também em reação à intervenção da ANESPO, é o compromisso de que tudo se fará com vista à boa execução dos Programas.

Realçou que, quer os 3 membros da CD, quer as equipas do PESSOAS 2030, estão totalmente empenhados, sendo possível ver todos os dias a entrega total destas pessoas e o seu grande sentido de serviço público, algo que, aliás, já referiu em outras ocasiões e não se cansará de repetir enquanto conseguir comprovar isso no dia a dia. Muitas vezes, aquilo que não estamos a conseguir corresponder não é porque não fizemos tudo o que tínhamos para fazer, mas porque é algo que já não está ao nosso alcance. Transmitiu, assim, da parte da CD e do Secretariado Técnico, uma palavra de confiança e de compromisso aos membros do CA e a todos os beneficiários.

Passou, depois, à exposição do ponto de situação do PESSOAS 2030, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 28 a 44).

Terminada a sua intervenção, Ana Coelho abriu o debate aos membros do Comité, passando a palavra, em 1.º lugar, ao representante da Comissão Europeia.

Eleutério Rodriguez, representante da COM, agradeceu a apresentação, muito clara e detalhada, do PESSOAS 2030, deixando duas sugestões. A primeira seria recuperar a boa prática do PO CH e do PO ISE e que se traduz no envio prévio aos membros do CA da documentação relativa ao ponto de situação que vai ser apresentado na reunião, ainda que esta possa ter um teor menos detalhado. A segunda relaciona-se com a apresentação do PESSOAS 2030 sobre a capacitação dos membros do CA e a importância de facilitar a sua participação. Atendendo a que o Regulamento Interno do CA prevê a mobilização de grupos de trabalho, aproveitou para lançar uma reflexão para que o CA comece a pensar que grupos de trabalho seriam interessantes criar no âmbito deste Programa.

Clara Guerreiro, representante da Comissão Permanente de Concertação Social por parte das Confederações Patronais com assento nesse órgão, enquanto membro da Confederação do Comércio e dos Serviços de Portugal (CCP), felicitou as equipas, não só relativamente ao passado, mas também pelo presente, no esforço de integração das duas equipas do PO CH e do PO ISE e de uniformização de procedimentos. Relativamente às equipas do PO ISE, com as quais a CCP mais trabalhou, mas tendo conhecimento de que o PO CH também segue essa linha, referiu que se notou uma postura muito positiva relativamente aos beneficiários diretos das diversas tipologias, uma entreatajuda que, por vezes, não se vê em todos os serviços da Administração Pública, o que é de valorizar.

Acrescentou que a postura do PO ISE nas diversas interações com os beneficiários, por exemplo em matéria de resolução de problemas associados ao sistema de informação, foi sempre de elevada disponibilidade e colaboração, atuando de acordo com a máxima “*O vosso problema é o meu problema*”. Agradeceu a todos os elementos das equipas, que têm sido absolutamente fantásticos na resolução das questões que surgem no terreno, e enalteceu todo o esforço que revelaram. Ficou muito agradada pelo facto de, no novo Programa, existir apenas uma única equipa a trabalhar conjuntamente com os beneficiários para o país.

Passando para questões mais práticas, perguntou se era possível indicar uma data mais precisa relativamente à aprovação das candidaturas à medida de capacitação para os parceiros sociais e uma data concreta para o lançamento do Aviso das Formações Modulares Certificadas. Relativamente aos cursos EFA, que não foram contemplados na Portaria n.º 325/2023, recentemente publicada, que adota o Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão, perguntou se estava previsto um regulamento específico para esta tipologia, se os parceiros sociais iriam ser ouvidos relativamente à elaboração desse eventual regulamento e se era possível indicar uma data mais precisa para o Aviso de abertura de candidaturas desta tipologia, que se encontra previsto só para 2024.

Ana Cláudia Valente, representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP), agradeceu a possibilidade de assistir à reunião em formato virtual. Começou por dar uma nota de congratulação pelo trabalho que a CD tem estado a fazer sobretudo nesta fase de transição e pelo feedback permanente que tem dado ao CA, ao envolvimento e discussão que vai permitindo no âmbito destas reuniões.

Sobre a capacitação de atores relevantes, considera muito importante e necessário todo o plano de formação que está a ser implementado. Todos os membros do CA têm muito a beneficiar desta formação, mas enquanto Organismo Intermédio (OI) necessita de toda a informação que lhe possa ser fornecida, sejam indicações, recomendações, orientações, porque, nesta fase, a maior preocupação reside nas exigências do desenvolvimento do sistema de controlo interno e das estratégias antifraude. As exigências são cada vez maiores, os normativos europeus também, há algumas novidades e isso exige uma corresponsabilização em cadeia. Tudo o que for feito sobre a área dos sistemas de controlo interno, estratégias antifraude, *compliance*, reporte, etc., é bem-vindo e considera que deve ser estendido aos OI e chegar, também, aos beneficiários finais, isto porque há uma série de responsabilidades que estes beneficiários devem atender e uma série de práticas e condutas com as quais devem ser chamados a comprometer-se. Daí a importância da passagem da informação por todos os níveis da cadeia dos investimentos dos fundos europeus.

Fez, ainda, uma sugestão relativa à formação que tem sido dada aos beneficiários sobre, sobretudo, os Avisos de abertura de candidaturas e sobre o sistema de informação, conforme foi exibido no slide da capacitação dos atores relevantes, referindo que seria bem-vindo, a todos os níveis e envolvendo os OI, alargar estas sessões aos sistemas de controlo interno e à parte que compete aos beneficiários garantir.

Luís Presa, representante da ANESPO, considerando as lições da experiência a que já havia referido na sua intervenção anterior, deu nota de alguma preocupação face ao contexto em que as escolas estão atualmente a desenvolver a sua atividade. Prevê-se que os Avisos para os Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) sejam lançados no decurso do mês de novembro, referindo a urgência da publicação dos mesmos e da definição das condições exigidas para o efeito, as quais, por sua vez, estão ligadas a outros mecanismos regulamentares e legais, à publicação de portarias, à alteração de mecanismos que a ANESPO tem vindo a sublinhar como sendo necessários, designadamente no que respeita às penalizações pela perda de alunos.

Reforçou as condições que levam os alunos a desistir e que as escolas tudo fazem para os manter ligados aos projetos educativos, não existindo qualquer dúvida sobre o trabalho que é feito nessa matéria pelas escolas profissionais, tanto mais que elas são fortemente penalizadas: cada aluno que desiste, corresponde a 3,33% de penalização do valor das tabelas, no caso dos cursos profissionais e a 5% nos CEF. Sublinhou este facto como algo muito negativo para a atividade desenvolvida pelas escolas profissionais e que não é justo face ao trabalho das equipas que fazem um enorme esforço para capacitar os jovens para o mundo do trabalho e para animar o tecido económico e social do futuro.

Atendendo a que os Avisos vão ser publicados tardiamente face ao início do ano letivo e que, numa perspetiva otimista, as escolas receberão as primeiras verbas em fevereiro de 2024, considera ser necessário acionar outros mecanismos com vista a assegurar um adiantamento no decurso do mês de dezembro, pelo menos para as escolas profissionais terem algum suporte financeiro para despesas com pessoal – alunos, professores e fornecedores. Referiu estar na expectativa de uma boa notícia a este respeito que permita o bom andamento do ano letivo.

Em relação à capacitação de atores, Luís Presa mencionou ter percebido, pelas intervenções efetuadas, que existe uma limitação aos parceiros da economia social, não abarcando todos os membros do Comité que ali se encontram representados, designadamente a ANESPO, que tem desenvolvido um trabalho significativo, em particular no que concerne às questões da gestão da qualidade da formação que é executada. As escolas estão todas certificadas e, nesta altura, estão a entrar num processo de renovação do sistema de gestão da qualidade, pelo que questionou se é possível abrir, no futuro, algum mecanismo de financiamento (Aviso), que permitisse a capacitação dos atores ligados à gestão financeira, pedagógica e administrativa das escolas profissionais. A gestão da qualidade das Escolas Profissionais é um imperativo legal, por um lado, por via do Decreto-Lei n.º 92/2014 e, por outro, é uma condicionante da execução dos Avisos que vão sendo publicados e da apresentação das candidaturas.

Deixou estas notas na convicção de que a criação do novo Programa – PESSOAS 2030 –, com uma maior abrangência de apoios e beneficiários do que os anteriores programas, responderá aos grandes desafios do ensino e da formação profissional em Portugal, porque detemos ainda um nível baixo de envolvimento dos jovens comparativamente com os países europeus, pelo que todos temos de fazer um grande esforço para conseguir alcançar o objetivo de envolver 50% dos jovens do ensino secundário em percursos qualificantes. Referiu, ainda, que já estamos há mais de 10 anos a tentar prosseguir este objetivo e que tem a expectativa que será no próximo ciclo de programação da União Europeia que se vai atingir este objetivo.

Fez, ainda, uma última referência ao apoio concedido aos Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional (SPO), apelando a uma avaliação do trabalho que é desenvolvido por estes serviços, ainda que esta temática possa sair fora do âmbito da sessão. Sugeriu perguntar aos técnicos que integram os SPO qual o trabalho que fazem no âmbito da orientação vocacional para as atividades de formação propriamente dita e não para cursos gerais científico/humanísticos. Está convencido que não se consegue atingir a citada meta dos 50%, porque as famílias e os jovens não são devidamente informados sobre as vantagens da frequência dos cursos profissionais e talvez porque os técnicos de orientação não farão todo o trabalho que deve ser feito para ir ao encontro das tendências

vocacionais dos alunos, uma vez que os alunos que frequentam cursos profissionais de acordo com as tendências vocacionais são alunos de sucesso.

Destacou que os serviços de orientação vocacional deveriam preocupar-se com o maior sucesso dos cursos profissionais. Considera que existe uma certa vantagem em dizer que um aluno vem para uma escola profissional porque algo o atrai na escola profissional, mas, lamentavelmente, na maior parte dos casos, não vem com a orientação vocacional das escolas de origem, o que deveria acontecer, para bem do sistema, por um lado, para aumentar a percentagem de alunos em cursos profissionais no ensino secundário e, por outro, para termos alunos de maior sucesso a frequentar estes cursos. As escolas têm muito trabalho e fazem autênticos milagres até no trabalho com jovens que vêm para as escolas, mas muitos ainda não sabem bem o que pretendem e o que querem fazer.

Terminou dizendo que tem expectativas positivas e que julga que os intervenientes na gestão dos fundos europeus, quer seja do lado dos protagonistas nacionais, quer da UE, vão ajudar a dar um salto qualitativo no sentido da qualificação dos jovens e dos adultos.

João Gonçalves, representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), felicitou o PESSOAS 2030 pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente no que se refere à colaboração estreita com a DGEstE, que se refletiu num dos Avisos já referido, e deu nota do elevado potencial que reconhece no apoio às entidades relativamente aos planos anticorrupção. Seria importante contar com esse apoio, dado ser uma temática altamente complexa e em que estamos todos muito empenhados, mas com poucos recursos. Seria muito bem-vindo esse apoio e o investimento nesta temática que a todos preocupa.

Não havendo mais questões, **Ana Coelho** começou por responder ao representante da COM, manifestando concordância com a sua sugestão no sentido de ser enviado, em simultâneo com os elementos de suporte às reuniões do CA, um ponto de situação do Programa para que todos possam estar preparados para fazerem as intervenções que entendam necessárias nas reuniões. Referiu que o Programa ainda se encontra a ser construído, mas que conta ter um boletim informativo que será publicado no site do PESSOAS 2030 e poderá ser feita uma súmula do mesmo para partilhar com os membros do CA aquando do envio dos restantes elementos de suporte às reuniões. Demonstrou, ainda, abertura para a criação de grupos ou subgrupos de trabalho no seio deste Comité, em função das situações que se vierem a colocar e nos casos em que tal venha a ser considerado pertinente. Referiu que o PESSOAS 2030 ainda é muito jovem, mas que certamente ao longo de todo o período de programação irão existir matérias em que fará sentido criar grupos de trabalho no âmbito do CA.

Prosseguiu, agradecendo as felicitações de Clara Guerreiro, demonstrando satisfação pelos serviços dos programas serem vistos pelos beneficiários desta forma tão positiva, esperando que esta perceção ajude a reforçar a proximidade e a confiança dos cidadãos na Administração Pública e pretendendo que esta venha a ser também a identidade do PESSOAS 2030.

Relativamente às questões colocadas, explicou que o Aviso relativo à Capacitação dos Parceiros Sociais foi lançado em março e que o prazo terminou em junho, pedindo a compreensão para algum atraso, uma vez que o próprio sistema de informação estava a ser criado, e informando que as candidaturas tinham sido aprovadas na semana anterior.

Partilhou que esse processo de aprovação de candidaturas foi uma experiência entusiasmante, pois foi o seu primeiro contacto com o Sistema de Informação e teve uma perceção muito boa em termos da sua navegação e usabilidade. Já tinha presenciado a experiência do Joaquim Bernardo, que foi quem “estreou” o Sistema de Informação, a aprovar uma candidatura de valor bem mais significativo, e a CD está muito satisfeita com o que se está a conseguir neste âmbito. Acrescentou que os beneficiários tinham sido notificados nos últimos dias, tendo essa notificação, por estarmos num contexto de semi-contingência, ocorrido em moldes distintos daqueles que serão adotados em futuras notificações.

Aproveitou para informar que, por indicação do Secretário Técnico da unidade que tem a responsabilidade destas candidaturas, Paulo Rafael, a CCP já teria respondido à respetiva notificação, pelo que se espera que o Termo de Aceitação esteja assinado pela CCP, a muito curto prazo, o que é uma boa notícia.

Quanto às Formações Modulares Certificadas, informou que o lançamento do Aviso estava previsto para novembro de 2023, e que, conforme já foi partilhado com vários beneficiários e parceiros, o PESSOAS 2030 pretende lançá-lo, e os beneficiários também o querem, com um custo simplificado. O custo simplificado tem sido bastante burilado no contexto da articulação entre a AG, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P (AD&C) e a Inspeção Geral de Finanças (IGF), havendo toda uma dialética entre estas entidades para chegar a um bom consenso. Informou que tem indicações de que a metodologia defendida está em fase final de aprovação. Por isso, a única questão que impede o lançamento deste Aviso é ter o custo simplificado estabilizado e, numa solução provisória, homologado nacionalmente, sendo que será posteriormente incluído no texto do Programa para ser aprovado ao abrigo do artigo 94.º do Regulamento das Disposições Comuns (2021/1060, de 24/06/2021). O concurso será aberto assim que o custo simplificado estiver aprovado.

Passou depois a palavra a **Sandra Tavares**, para responder à questão relacionada com os cursos EFA, que começou por informar que, sem prejuízo de uma resposta da AD&C, visto que os regulamentos específicos são aprovados na CIC, a audição dos parceiros ao nível dos regulamentos específicos é uma novidade do PT 2030, que se considera positiva. A audição dos parceiros no quadro de regulamentação dos fundos era feita apenas no Fundo Social Europeu e apenas para os diplomas transversais, pelo que esta participação dos parceiros também nos regulamentos específicos é positiva. Tendo existido audição dos parceiros para todas as Tipologias do Regulamento Específico que foram reguladas até ao momento, crê, como jurista e não como representante de quem tem esta área, que, em princípio, para todas as restantes tipologias terá de ser feita também audição aos parceiros, remetendo para a AD&C um esclarecimento nesta matéria.

Duarte Rodrigues, vice-presidente da AD&C, esclareceu que quem faz audição dos parceiros é o Governo, pelo que não pode acrescentar mais nada para além do que Sandra Tavares já tinha referido. Todos os regulamentos, até agora, foram objeto de audição, incluindo as revisões de regulamentos para acrescentar tipologias, pelo que não encontra nenhuma boa razão para que, quando for revisto o regulamento do domínio Demografia, Qualificações e Inclusão para acrescentar tipologias, não seja seguido o mesmo procedimento que foi adotado, por exemplo, no domínio da Inovação e Transição Digital.

Relativamente à intervenção de Ana Cláudia Valente, que ressaltou a importância de envolver os OI nas ações de capacitação, **Ana Coelho** referiu que a AG considera que os OI

são braços do Programa e, como tal, todas as ações que se considerem necessárias para capacitar diretamente os seus colaboradores serão, sempre que se justificar, estendidas também aos colaboradores dos OI que atuam e exercem competências delegadas pela AG. Referiu, por isso, que os OI podem contar com a AG e com a integração das suas equipas nas ações de capacitação a desenvolver.

Ana Coelho passou, depois, a palavra a **Joaquim Bernardo**, a fim de comentar a intervenção de Luís Presa, o qual esclareceu que, à semelhança do que havia sido dito quanto às Formações Modulares Certificadas, a abertura dos Avisos dos Cursos Profissionais e dos CEF está condicionada à aprovação da metodologia de custos simplificados para efeitos do PESSOAS 2030. O processo de ajustamento desta metodologia, que é a mais consolidada e mais antiga na aplicação dos fundos do FSE em Portugal, tem-se revelado muito mais difícil do que inicialmente se pensava, ou seja, a renovação da sua autorização para efeitos do PT2030 está a ser particularmente complexa.

Acrescentou que este trabalho se encontra a ser desenvolvido pela AG em estreita colaboração com a AD&C e com a IGF, a fim de permitir, o mais breve possível, ultrapassar as dificuldades encontradas. Sem aprovação da respetiva metodologia de custos simplificados não será possível lançar os Avisos, a menos que se opte pelo financiamento das operações em custos reais, situação que ninguém pretende, ou que se estude uma metodologia de custos simplificados alternativa, que demoraria o seu tempo a consolidar. Ressaltou que têm sido empenhados todos os esforços para a conclusão deste trabalho, sendo que, sem prejuízo disso, quer a AG, quer a tutela, em particular da educação, estão conscientes dos constrangimentos de tesouraria que esta situação irá criar, tendo em conta que os Avisos abrirão mais tarde do que era a intenção inicial, esclarecendo que esta matéria está devidamente sinalizada e que já está em curso uma solução que mitigue essas dificuldades. Esta não é uma matéria meramente técnica, pelo que está a ser ponderada do ponto de vista político.

Sobre a questão da capacitação, Joaquim Bernardo esclareceu que, apesar de, no slide que foi exibido, esta matéria ter aparecido associada apenas aos parceiros sociais, por ser uma das dimensões abrangidas, a capacitação não está restringida a este público. Na prioridade da Assistência Técnica do PESSOAS 2030 está prevista a capacitação dos beneficiários, dos OI e dos parceiros deste Comité, pretendendo-se desenvolver um trabalho continuado de envolvimento e de capacitação dos parceiros do PESSOAS 2030 e dos próprios beneficiários, o que responde, de alguma forma, ao comentário efetuado pelo João Gonçalves da DGEstE e ao interesse de poderem ter, enquanto beneficiários, alguma capacitação adicional, designadamente, em matéria de controlo e de prevenção da fraude. Há um trabalho em conjunto que se procurará aprofundar no âmbito das ações que venham a ser desenvolvidas, algumas delas mais transversais, abrangendo a capacitação mais global do ecossistema dos fundos, que envolve a AG, os OI e os beneficiários, em áreas relevantes para a boa implementação dos fundos, seja do ponto de vista do cumprimento das regras e dos normativos, como foi dito, que são cada vez mais exigentes, seja do ponto de vista das obrigações associadas. A título de exemplo, referiu que, conforme seria abordado mais à frente nesta reunião, existem obrigações mais exigentes do que no passado em matéria de comunicação, o que vai exigir um esforço adicional de capacitação de todos porque, para além das regras serem mais exigentes, o seu incumprimento tem penalizações mais severas. Reiterou, por isso, que é necessário realizar um trabalho contínuo e em conjunto, sempre numa ótica de parceria, e que o sucesso ou insucesso do PESSOAS 2030 está intrinsecamente dependente do desempenho desta equipa mais

alargada do ecossistema. Sem esse esforço de cooperação e de capacitação mais transversal nas mais diferentes áreas não conseguiremos atingir os objetivos.

Deixou, ainda, uma nota sobre o Aviso que foi aberto muito recentemente no âmbito dos SPO e que foi trabalhado em conjunto com a DGEstE, referindo que o mesmo, face ao que existia no PO CH, para além daquilo que era o apoio na ótica do reforço dos recursos humanos, está sobretudo direcionado para melhorar as metodologias de trabalho mobilizadas pelos psicólogos, com destaque para as que incidem na área da orientação. Os serviços de psicologia e orientação não fazem apenas orientação, tendo um papel muito relevante em matéria de apoio psicopedagógico aos alunos, em particular dos que manifestam maiores dificuldades de aprendizagem e/ou integração na vida da escola, e existem evidências disso nas avaliações realizadas no POCH, do ponto de vista do seu contributo para prevenir, combater o insucesso e promover o sucesso escolar junto desses grupos que manifestam mais dificuldades. Esse apoio psicopedagógico das equipas dos serviços de psicologia e orientação das escolas é muito importante para melhorar o desempenho global em matéria de promoção do sucesso escolar e para a redução das taxas de abandono, tendo sido grande o progresso alcançado neste domínio.

Existe uma grande preocupação com as questões da orientação, pelo que, com este Aviso, pretende-se criar novas ferramentas e novos instrumentos para apoiar a monitorização dos próprios serviços e proporcionar um funcionamento mais eficaz dos mesmos nessas duas vertentes.

Salientou que nas discussões com a COM a propósito dos critérios de seleção foi dado um foco muito particular às questões da orientação, exatamente porque se pretende que estes serviços contribuam para a consecução da meta de mais de 50% de alunos nas vias profissionalizantes, meta esta fixada há muitos anos, e que foi recentemente revista para 55%, tornando-se ainda mais exigente. Reforçou que não serão certamente apenas os serviços de psicologia e orientação que contribuirão para resolver este problema, havendo outras dimensões relevantes para o efeito, mas este Aviso encontra-se orientado para melhorar o contributo que esses serviços podem dar para a prossecução dessa meta.

Ana Coelho fez, ainda, um comentário à intervenção do Luís Presa, da ANESPO, para clarificar todo o plenário, referindo que não se deve confundir uma questão técnica que está a dificultar a abertura do Aviso dos Cursos Profissionais nos timings pretendidos com a importância que o ensino profissional tem para Portugal, para o Ministério da Educação e para o PESSOAS 2030. É a tipologia de operação com maior dotação e representa 26% da dotação de um Programa que tem 6.8 mil milhões de euros. Salientou a importância de partilhar com todos este momento crítico associado à aprovação da metodologia de custos simplificados, o qual não belisca minimamente a importância que o ensino profissional tem para o PESSOAS 2030. Frisou, ainda, que se esta tipologia falhar, todo o Programa falha.

Pedindo a palavra, ainda sobre o tema da capacitação, **Duarte Rodrigues**, representante da AD&C, esclareceu, em complemento ao que Joaquim Bernardo tinha abordado, que a AD&C desenvolveu, há cerca de dois anos, um roteiro para a capacitação a partir de um diagnóstico, apresentou esse roteiro e está a implementá-lo. Desde a manutenção das questões mais tradicionais que lá constavam, como o funcionamento das redes de articulação, seja de comunicação e avaliação, ou as redes temáticas das AG onde muitas dessas questões são discutidas, a esta inovação de ter um chapéu “Academia 2030” onde se poderá acoplar uma boa parte da formação para todo o ecossistema num sentido amplo,

ou seja, AD&C, AG, OI, membros dos CA e beneficiários, o roteiro não está ainda a ser implementado a 100%, mas já foram realizadas ações em concreto, sendo que outubro foi um mês feliz nessa matéria.

Destacou outras iniciativas inovadoras que a AD&C está a tentar fazer e desafiou o CA a participar nessas iniciativas. Uma delas é a realização de cursos de especialização de média duração, as *Summer School*, mas que podem ser em qualquer estação do ano. Através de um Aviso no âmbito do Programa de Assistência Técnica, a Academia foi desafiada para ajudar a organizar ações desse tipo, relevantes para a implementação dos Programas, que cobrissem um dos cinco temas identificados no roteiro: metodologias de avaliação de políticas públicas; planeamento estratégico territorial e perspetiva; gestão de inovação e especialização inteligente; auxílios de estado; requisitos ambientais, taxonomia e princípios de DNSH.

O modelo de financiamento que está a ser testado baseia-se na realização de cursos de especialização de média duração, organizados pelas universidades, sendo que as propinas são suportadas pelo Programa de Assistência Técnica. Isto significa que os membros nominativos dos CA passarão a poder candidatar-se a estas formações, não dirigidas exclusivamente às entidades do ecossistema de fundos, e a beneficiar das mesmas sem custos.

É um projeto-piloto que a AD&C está a desenvolver, tendo sido já encetadas algumas conversas com as universidades com vista a perceber o seu interesse em aderir a este projeto. Acrescentou que tem expectativas de que este projeto corra bem, mas ainda que assim não seja, se aprenderá com essa experiência e se continuará a insistir nestas ações de capacitação de espectro mais amplo.

Ana Coelho agradeceu a intervenção, referindo que esta última novidade lhe parece muito interessante, e passando, de imediato, à apresentação do vídeo institucional do PESSOAS 2030.

De seguida, a reunião prosseguiu para o 3º ponto da ordem de trabalho.

3. Plano de Avaliação PESSOAS 2030

Joaquim Bernardo iniciou a sua intervenção referindo que a proposta de Plano de Avaliação foi partilhada com os membros do Comité antes da reunião. Acrescentou que se trata de um plano muito ambicioso e exigente, mas que se considera justificado face à dimensão e relevância do PESSOAS 2030 e porque é importante recolher maiores evidências do impacto dos apoios concedidos na vida das pessoas ao longo dos próximos anos.

Deu, depois, início à apresentação da proposta de Plano de Avaliação do PESSOAS 2030, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 45 a 59).

No final da sua apresentação, informou que, pese embora o Plano de Avaliação tivesse sido partilhado com os membros do CA em momento prévio à reunião, não tinha sido rececionado, até ao momento, qualquer contributo. Acrescentou que o PESSOAS 2030 tem

a obrigação de submeter o Plano de Avaliação à COM até ao dia 25 de novembro, de forma a cumprir o prazo regulamentar fixado – de 1 ano após a aprovação do Programa –, destacando que não era, contudo, pretensão da AG submetê-lo a votação nesta reunião, por se considerar importante conceder aos membros do CA mais 5 dias para reflexão e emissão de contributos. Frisou que este prazo não pode ser mais alargado porque, caso existam contributos, a AG terá ainda de ponderar sobre os mesmos, finalizar o plano e proceder à sua submissão à COM, assegurando o cumprimento do já referido prazo regulamentar.

Eleutério Rodriguez, representante da COM, tomou a palavra referindo ser importante veicular aos membros do Comité que este Plano de Avaliação é o resultado de um grande trabalho, efetuado durante muitos meses, e que cabe agora ao CA participar neste processo de avaliação.

Acrescentou que a COM foi consultada sobre o Plano Global de Avaliação no mês de março, foi consultada pelo PESSOAS 2030 no mês de junho e foi novamente consultada pela AD&C sobre o Plano Global de Avaliação no mês de setembro/outubro. Considera que se trata de um processo exemplar, sublinhando que o Plano de Avaliação e os trabalhos inerentes à área da monitorização e da avaliação foram bem delineados.

Sobre o Plano de Avaliação do PESSOAS 2030, considera-o muito ambicioso e refere que o mesmo irá dar muito trabalho, não apenas à AG, mas também a todos os parceiros. Relativamente ao modelo de governação, que já foi discutido aquando da apreciação do Plano Global de Avaliação, refere que a COM forneceu contributos para a melhoria do modelo no futuro.

Destacou, como aspeto a melhorar no Plano de Avaliação do PESSOAS 2030, a articulação da CA com os grupos de acompanhamento das avaliações, sobretudo ao nível da partilha contínua de informação e da formação dos membros do CA na área da avaliação. Um outro ponto reiterado por parte da COM, em sede de discussão do modelo de governação, foi a necessidade de existir uma equipa de avaliação bem definida.

Considera que, no caso do PESSOAS 2030, esta equipa é particularmente importante, ainda que não existam condições para a definir já neste momento. Espera, porém, que a AG defina os perfis das pessoas que vão tratar da área da avaliação no Programa, porque o Plano de Avaliação é muito ambicioso e vai precisar da afetação de recursos humanos. Acrescenta que gostaria de ver detalhados, no Plano de Avaliação, esses mesmos perfis e que, na próxima reunião do CA, a AG pudesse identificar, pelo menos, uma pessoa que fosse o “rosto” da avaliação no PESSOAS 2030. Acrescentou que a COM tem ainda alguns contributos, de mero detalhe, que serão enviados por e-mail. Terminou, felicitando o PESSOAS 2030 pelo Plano de Avaliação apresentado, que considera bem desenhado, e desejou muita sorte porque há muito trabalho a fazer.

Na ausência de outras questões, **Joaquim Bernardo** frisou que um plano com esta dimensão não se implementa sem pessoas e que todos têm plena consciência disso. Referiu que a unidade coordenada por Miguel Feio tem competências na área da avaliação e não é por acaso que se juntaram, na mesma unidade, as competências de monitorização, comunicação e avaliação. Acrescenta que sempre se entendeu que a comunicação é muito alimentada por aquilo que são os dados executados, fornecidos pela monitorização que se vai fazendo ao longo da execução do Programa, com base nos indicadores e suas métricas,

ou com base na avaliação, pelo que a AG está consciente de que, na organização do Programa, terá de existir alguém que se dedique às questões da avaliação e represente essa área tão relevante para o Programa. Como os membros do CA têm conhecimento, a AG está a procurar recrutar mais pessoas para a sua equipa, porque está plenamente consciente que serão necessários mais recursos humanos para levar o PESSOAS 2030 a bom porto.

Relativamente à articulação com o CA, realça que esta foi uma das ideias sublinhadas na sua apresentação, acrescentando que muitos dos seus membros, para além de participarem nas reuniões do Comité, participam também na apresentação dos resultados e na implementação do plano, e que alguns deles serão igualmente mobilizados para integrar os grupos de acompanhamento a constituir no âmbito dos estudos de avaliação, em função das áreas visadas, dando, assim, um contributo mais técnico e específico.

Referiu que o modelo de governação é um modelo exigente e que não há modelos perfeitos, mas considera o modelo definido adequado, uma vez que permite que a avaliação seja, cada vez mais, um elemento estratégico em todo o processo de gestão, implementação e decisão sobre as políticas públicas financiadas por fundos públicos. Espera, por isso, que esta arquitetura, tão exigente, implicando, designadamente, uma articulação entre tantos atores, resulte na produção de avaliações que sejam úteis para todos.

Por fim, perguntou se o vice-presidente da AD&C queria intervir sobre esta matéria.

Duarte Rodrigues, representante da AD&C, saudou o facto de a AG ter acompanhado a ambição do Plano Global de Avaliação. Referiu que todos estão conscientes do desafio que significa implementar este plano. É um desafio para os recursos internos, para quem encomenda as avaliações e até para os externos que as executam. Sublinhou que este desafio exige um foco num tema muito importante, que é o da capacitação, não tendo sido por acaso que se abordou nesta reunião do CA as várias ações de capacitação realizadas, algumas delas no domínio da avaliação.

Partilhou que o Plano Global de Avaliação teve um processo de auscultação muito amplo ao longo dos últimos muitos meses e ressaltou que, nesse processo, todos pediram para acrescentar avaliações e não para retirar.

Mencionou que a lista das avaliações foi conscientemente amadurecida, o que não significa que a realidade venha a corresponder exatamente ao projetado. Reforçou que estamos perante um plano e temos de estar capacitados para o lançar e desenvolver, sendo necessária uma discussão útil por parte dos membros do CA. Do ponto de vista do modelo de governação, e em concreto sobre a necessidade de prestação de informação atualizada ao CA em matéria de avaliação, reiterou que isso não se resolve com a mera introdução de um ponto nas agendas das reuniões, com uma duração de 10 minutos, para abordar este tema. Resolve-se com a realização de sessões específicas e com a constituição de grupos de trabalho.

Acrescentou que cada AG tomará a opção que considerar mais adequada relativamente ao seu CA, mas reforçou que é necessária uma discussão importante sobre este tema, porque, quando falamos de avaliação, nunca temos aquela resposta fácil do “está bem” ou “está mal”, “correu bem” ou “correu mal”, mas respostas bem mais complexas, muito mais desafiantes, muito mais interessantes e que exigem dedicação e tempo.

Reiterou que o Plano de Avaliação é ambicioso, mas apenas o 1º passo da caminhada para o implementar e que contava com todos neste processo, seja do lado do lançamento dos estudos, do lado da realização, do lado da discussão ou do lado da participação, porque muitas das entidades representadas neste CA têm vários papéis neste processo. Umas têm o papel de membro do grupo de acompanhamento, outras o papel de serem atores relevantes em *focus-groups* ou outros instrumentos de recolha de informação no contexto das metodologias de avaliação mobilizadas. Finalizou, afirmando que o plano tem de ser assumido, não só pela AG, que tem um papel fundamental para liderá-lo, mas por todos os presentes, caso contrário será bastante difícil executá-lo com êxito.

Joaquim Bernardo retomou a palavra, perguntando se havia alguma outra questão sobre o Plano de Avaliação que os membros pretendessem colocar. Na ausência de mais questões, reiterou que os membros do CA dispunham de mais 5 dias, até dia 15 de novembro, para se poderem pronunciar, se assim o entendessem, referindo que seriam muito bem-vindos todos os contributos que ajudassem a melhorar e a aperfeiçoar esta ambição do PESSOAS 2030, a qual desafia todos os participantes, em função das competências de cada entidade aqui representada.

Passou-se, de seguida, ao próximo tema da ordem de trabalho, ou seja, à apresentação do Plano de Comunicação.

4. Plano Estratégico de Comunicação PESSOAS 2030

A apresentação foi efetuada pelo **Miguel Feio**, Secretário Técnico da Unidade de Monitorização, Avaliação e Comunicação Estratégica, que começou por referir que o Plano Estratégico de Comunicação havia sido disponibilizado a todos os membros no dia 25 de outubro para que pudessem fazer uma análise atempada do mesmo previamente à reunião.

A apresentação da proposta de Plano Estratégico de Comunicação do PESSOAS 2030 encontra-se suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 60 a 69).

Finda a intervenção de Miguel Feio, Ana Coelho afirmou que o Plano Estratégico de Comunicação é uma peça absolutamente fundamental, porque se o Programa não comunicar nem divulgar aquilo que faz torna-se irrelevante. Entende que para ter sucesso o PESSOAS 2030 tem de ser conhecido, não no sentido de se propagandear, mas de levar ao conhecimento de todos a sua atividade e os resultados alcançados. Concluiu, assumindo que o Plano de Comunicação apresentado vai precisamente ao encontro deste objetivo mais macro e questionando se algum dos membros tinha algum comentário ou sugestão a fazer.

Eleutério Rodriguez, representante da COM, interveio, de seguida, referindo que o Plano de Comunicação se encontrava muito bem desenhado e fundamentado, uma vez que foi pensado a partir de uma avaliação das experiências prévias do PO CH e do PO ISE, incorporando também algumas lições da avaliação.

Deixou uma única recomendação, relacionada com o estabelecimento de uma relação concreta entre os indicadores que aparecem na secção de monitorização e de avaliação do plano com os 3 grupos-alvo que se querem melhorar. Referiu que são conhecidos os problemas em fazer chegar a comunicação dos programas do PT2020 aos destinatários e ao público em geral, por isso considera que seria útil que os indicadores fossem organizados de forma a permitir perceber as melhorias neste âmbito por comparação com o período de programação anterior. Felicitou novamente o PESSOAS 2030 pelo Plano de Comunicação.

Joaquim Bernardo deu ainda nota de que, à semelhança do referido relativamente ao Plano de Avaliação, também o Plano Estratégico de Comunicação tem de ser aprovado pelo CA, informando que os membros detinham até dia 15 para se pronunciarem sobre o mesmo.

Acrescentou que este plano só será bem executado com a colaboração de todos os membros do CA, enquanto beneficiários e enquanto entidades que intervêm na aplicação dos apoios concedidos pelo PESSOAS 2030, apelando, por isso, à respetiva participação empenhada de todos em função das áreas que representam, não só ao nível do seu acompanhamento, mas também da sua execução, e dando particular enfoque às operações de importância estratégica, que constituem uma novidade do PT2030 e para as quais se propõe inclusive a criação de um selo que visa dar visibilidade a essa dimensão.

Seguiu-se a intervenção de **Armando Loureiro**, presidente da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos (APEFA), que felicitou e agradeceu o trabalho desenvolvido pelos anteriores programas, fazendo votos de que este grande desafio, que é o PESSOAS 2030, decorra de uma forma muito positiva para todos e sobretudo para as pessoas.

Aproveitou também para felicitar a AG pelo Plano de Comunicação apresentado, pela iniciativa do PESSOAS 2030 em dinamizar o encontro realizado na véspera - “Trajetórias passadas, Rumos Futuros” –, a que a APEFA teve a oportunidade de assistir e pela ideia de descentralização das reuniões do CA.

Relembrou que no evento “Trajetórias passadas, Rumos Futuros” alguém alertou que, pese embora exista muita oferta formativa, há muita dificuldade em chegar aos destinatários, e acrescentou que o Plano de Comunicação do PESSOAS 2030 é muito interessante, mas que existe uma camada da população com mais baixa literacia que tem muita dificuldade em aceder à informação. Entende que a unificação do PO CH e do PO ISE numa única autoridade - PESSOAS 2030 - irá permitir maior fluidez de informação sobre as diversificadas ofertas formativas, dando melhores garantias de que essa informação chegue mais facilmente ao seu destinatário final.

Mencionou ainda que seria importante a existência de uma “interiorização” de todos os atores com intervenção nos territórios, no sentido de tornarem as comunidades mais aprendentes e mais disponíveis à formação e à participação em atividade formativa ao longo da vida. Há atores que são referenciais nas comunidades, tais como as câmaras municipais, as associações, as paróquias e etc., pelo que o seu envolvimento faz com que se possa chegar melhor às pessoas, mobilizá-las e sensibilizá-las para a importância da aprendizagem ao longo da vida.

Ana Coelho agradeceu o contributo da APEFA e passou para o último ponto da agenda.

5. Outros Assuntos

A presidente do CA concedeu a possibilidade de os membros do CA introduzirem algum assunto que quisessem ver discutido na reunião.

Não existindo nenhuma intervenção adicional ou proposta de abordagem de qualquer tema, Ana Coelho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, informando que, em princípio, a próxima reunião do CA seria no início do segundo quadrimestre de 2024.

ANEXO I – LISTA DE PRESENCAS POR ORGANISMO

Membros com direito de voto
Administração Central Sistema de Saúde - ACSS
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional - ANQEP (<i>on-line</i>)
Agência para o Desenvolvimento e Coesão - AD&C
Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE (<i>on-line</i>)
Associação Nacional Escolas Profissionais - ANESPO
Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos - APEFA
Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado - APESP (<i>on-line</i>)
Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS) – Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS) – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
PESSOAS 2030
Confederação Nacional da Educação e Formação - CNEF
Confederação Nacional das Associações de Pais - CONFAP
Conselho das Escolas
Conselho Nacional de Ordens Profissionais - CNOP
Conselho Nacional para a Economia Social
Direção Geral da Educação - DGE
Direção-Geral de Estatística de Educação e Ciência - DGEEC
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGESTE
Direção-Geral Política de Justiça
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT (<i>on-line</i>)
Gabinete de Estratégia e Planeamento - MTSSS (<i>on-line</i>)
Inspeção-Geral da Educação e da Ciência - IGEC
Instituto da Segurança Social - ISS
Instituto de Avaliação Educativa - IAVE
Instituto do Emprego e da Formação Profissional - IEFP (<i>on-line</i>)
Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção
Instituto Nacional para a Reabilitação (<i>on-line</i>)

Membros observadores
Açores 2030 (<i>on-line</i>)
COMPETE 2030
Estrutura de Missão Recuperar Portugal - PRR
Norte 2030
Sustentável 2030

Membros com estatuto consultivo e de acompanhamento
DG EMPREGO - representante da Comissão Europeia

ANEXO II – APRESENTAÇÃO DE SUPORTE À REUNIÃO

(em documento separado)